

**HABEAS CORPUS Nº 570.820 - PA (2020/0080358-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **GISELIA DOMINGAS RAMALHO GOMES DOS REIS**  
**ADVOGADO** : **GISELIA D. R. G. DE SOUZA - RJ117988**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PACIENTE** : **F E A (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de F. E. A. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções do art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável), à pena de 18 anos, 6 meses e 7 dias de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado.

Impetrado *habeas corpus* na origem, o Tribunal de Justiça não conheceu da ordem nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ fl. 117):

*Trata-se de HABEAS CORPUS liberatório com pedido de liminar, impetrado em favor de DANIEL DAMASCENO VIEIRA, onde se objetiva a reforma da sentença originária do Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Concórdia do Pará, aqui a autoridade inquinada de coatora, nos autos do processo nº 0001803-76.2013.8.14.0105. Aduz, a impetrante, em resumo, que o paciente, condenado como incurso no art. 217-A, do CPB, à pena de 18 (dezoito) anos 06 (seis) meses e 07 (sete) dias de reclusão em regime fechado, sofre constrangimento ilegal a nulidade na utilização de Laudo Pericial errado da vítima, além de questionar a dosimetria, quanto a causa de aumento prevista no art. 226, II do CPB. Pede, ao final, o reconhecimento da nulidade, com a consequente reforma da sentença monocrática.*

*É O RELATÓRIO.*

**DECIDO MONOCRATICAMENTE, COM BASE NO ART. 133, IX, DO RITJ/PA.**

*O paciente foi condenado por estupro de vulnerável, pretendendo, por esta via, a reforma da sentença transitada em julgado, pois não houve recurso pela acusação e nem pela defesa, conforme se extrai da CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO, juntado pela própria impetrante (fls. 95-ID Num 2843307).*

*Porém, o HABEAS CORPUS não é, e não pode ser usado como sucedâneo de recurso, o qual a defesa sequer interpôs a competente apelação para reformar a suposta nulidade e aplicação da pena ao Tribunal ad quem, onde, aí sim, todas as questões aqui levantadas, ante a devolutividade ampla de cognição do 2º grau, com o material probante e o mérito arguído, seriam discutidas e avaliadas com a*

*propriedade que o caso requer.*

*Então, conhecer de writ como sucedâneo de recurso, é violar perigosamente todo o esquema recursal previsto nas diversas leis processuais. O resultado seria o de jamais operar preclusão ou o trânsito em julgado de sentenças ou decisões, pois, a qualquer tempo, ao alvedrio exclusivo da parte, poderia ela deixar de recorrer da decisão para, muito tempo depois, impugná-la através do habeas corpus.*

*Ora, a causídica impetrante é sabedora que existe recurso próprio para questionar a sentença, no caso o competente recurso de apelação, no qual seria possível a análise de provas e dirimir a questão da nulidade e da dosimetria, eis que, a jurisprudência pátria concedeu tão-somente a possibilidade de se questionar a aplicação da pena em sede de writ, quando patente e flagrante a ilegalidade, não se podendo utilizá-lo como verdadeiro sucedâneo de recurso de apelação criminal, como pretende o impetrante. O conhecimento, nestes casos, seria precedente não recomendável, mesmo porque o habeas corpus não é panacéia universal destinada à cura de todos os males.*

*Ademais, a via eleita pelo impetrante se mostra equivocada, tudo indicando que o instrumento correto a ser utilizado é a REVISÃO CRIMINAL, no caso de ser apreciada a existência de possível nulidade, único meio legal disponibilizado para desconstituir sentença já com trânsito em julgado.*

*O writ, na verdade, não reúne condições de ser conhecido por discutir matéria de execução penal, no caso questão atinente ao regime inicial de cumprimento de pena, que deve ser discutida, se assim desejar, em agravo de execução, recurso legalmente previsto para dirimir tais controvérsias.*

*Logo, as matérias tratadas no arrazoadado não são próprias para serem discutidas em habeas corpus, devendo ser resolvidas em sede própria.*

*PELO EXPOSTO, NÃO SE CONHECE DA ORDEM IMPETRADA.*

No presente writ, alega a impetrante que "o magistrado de primeiro grau, ora autoridade coatora, condenou o paciente com base não somente no depoimento da vítima, mas sustentou seu decreto condenatório em um laudo pericial que pertence a outra pessoa, vítima diversa ao presente processo, laudo este que apresenta diversos vestígios e até mesmo lesões que teria sido praticado contra a vítima, no entanto, não é a vítima deste processo e, sim de pessoa estranha a este processo, o que é um grande erro que não pode ser simplesmente ignorado. A gravidade dos vestígios **CONTIDOS NO LAUDO PERICIAL ERRADO**, inclusive foram valorados negativamente como as consequências do crime, não podendo desta maneira ser

*ignorado, não há como manter tal decreto condenatório" (e-STJ fl. 10).*

*Requer, desse modo, que "seja reconhecido o constangimento ilegal e a concessão de medida liminar, expedindo-se ALVARÁ DE SOLTURA, para que o Paciente aguarde o julgamento do presente writ em liberdade [...] No mérito: A confirmação da medida liminar. Que seja declarada a nulidade da decisão que condenou o paciente com base em laudo pericial errado pertencente a pessoa diversa da vítima deste processo, bem como, em razão da nulidade da sentença quanto ao reconhecimento da causa de aumento de pena vinculado ao suposto fato de que o paciente seria padrasto da vítima o que é uma inverdade" (e-STJ fl. 12).*

É o relatório.

Decido.

Verifico que é inviável a apreciação da constrovérsia diretamente por esta instância *ad quem*, tendo em vista que a autoridade impetrada não conheceu da matéria trazida, e nem sequer houve a interposição de agravo regimental a fim de que o colegiado pudesse apreciar a questão.

Portanto, a matéria constante das razões da presente impetração não pode ser submetida a este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

*PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA, E NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. ILEGALIDADE. NÃO CONFIGURADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESTA PARTE, IMPROVIDO.*

*1. Matéria não apreciada pelo Tribunal a quo, também não pode ser objeto de análise nesta Superior Corte, sob pena de indevida supressão de instância.*

*[...]*

*3. Recurso em habeas corpus parcialmente conhecido, e, nesta parte, improvido.*

*(RHC 68.025/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 25/05/2016)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **não conheço do presente *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator